

### 4.3. ARRESTAURAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE ATIBAIA (1958-1961)

*"Já agora, a simples documentação fotográfica dos trabalhos empreendidos, pela qual verifica-se que até o símbolo comunitário, a sineira, foi destruído, não nos permite concluir pela justeza das razões que tornaram 'notável a modificação na fisionomia plástica do edifício, que passou a ser mais severo mediante a limpeza procedida', como escreveu o Dr. Saia, a quem se deve pedir memória justificativa dos trabalhos que alteraram, fundamentalmente, a aparência do edifício."*

Parecer do arquiteto Paulo Thedim Barreto, de 31 de janeiro de 1961 (Barreto, MTSP 19.3.023, IPHAN 9º SR/SP)

Fig. 83: Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia: aspecto do edifício antes da intervenção, por volta de 1958. Fonte: Acervo Laboratório Fotolab, Atibaia-SP.

### 4.3. A RESTAURAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE ATIBAIA (1958-1961)

#### A 'DESCOBERTA' DO BEM E O ENTENDIMENTO DE SUA SIGNIFICAÇÃO

Edifício do século XIX, de aparência não monumental, porém de significativa presença no contexto urbano de Atibaia, a antiga Casa de Câmara e Cadeia não figurava entre os bens de interesse para tombamento constantes do primeiro relatório produzido pela regional paulista do SPHAN, em 1937<sup>65</sup>. Possivelmente considerado um exemplar 'recente', sua aparência eclética conflitava com os padrões buscados naqueles edifícios que iriam constituir o futuro patrimônio nacional.

Alguns anos mais tarde, já na década de 50, o estado crítico de conservação e a iminência de sua demolição<sup>66</sup> acabaram impulsionando a mobilização da comunidade local em torno da preservação do edifício. Motivados pela publicação de uma série de artigos no jornal local – “*O Atibaiense*” – que relembra o longo histórico da construção do edifício, os moradores passaram a reivindicar o restauro e a conversão da antiga câmara e cadeia em museu municipal.<sup>67</sup>

Talvez este tenha sido um dos primeiros casos onde o mérito da 'descoberta' do bem e de seu tombamento não deva ser atribuído ao empenho dos técnicos do SPHAN. Estes foram acionados, em caráter emergencial, por um grupo formado pela Comissão do Museu de Atibaia e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que solicitou uma inspeção para averiguação da estabilidade do edifício e da viabilidade de sua preservação.

<sup>65</sup> O município foi visitado nas primeiras viagens realizadas pela equipe de Mario de Andrade e foram listadas, no *Primeiro Relatório* enviado ao diretor, as seguintes edificações: Igreja do Rosário e Igreja Matriz. Não há qualquer menção ao edifício da antiga Câmara e Cadeia de Atibaia. Cf. Andrade, 1981, pp.89-90.

<sup>66</sup> A informação de vistoria realizada em março de 1955, na Cadeia e Fórum de Atibaia, pela equipe da Diretoria de Obras Públicas (D.O.P.), formada pelos engenheiros Maurício Flint, José Carvalho Filho e Claus Eggers, registra o seguinte parecer: “... A comissão frisa mais uma vez que o prédio não comporta tal reforma, não pode ser aproveitado para Museu e deverá ser mantida a interdição até que se efetive a demolição que no caso não é de extrema urgência mas, deverá ser demolido. ...”. (MTSP 19.3.06, IPHAN 9ª SR/SP).

<sup>67</sup> Cf. Pasta MTSP 19.1.1. *Casa de Câmara e Cadeia, Atibaia/SP. Inf. s/o monumento*, IPHAN 9ª SR/SP.

Datando de 1º de abril de 1955, o ofício referente à vistoria realizada pelo chefe do 4º Distrito, arquiteto Luis Saia, relatava encontrar-se, a edificação, em estado razoável de conservação, sendo “*perfeitamente possível a sua restauração e aproveitamento*” (Saia, MTSP 19.3 [doc.07], IPHAN/9ª SR/SP). Chamando a atenção, no início de seu relatório, para as **sucessivas reformas que teria sofrido o imóvel**, acenava positivamente para a possibilidade de seu tombamento a nível nacional, informando já ter tomado as providências preliminares junto à diretoria central do órgão.

Sendo analisado pelo chefe da Seção de História do SPHAN, Carlos Drummond de Andrade, passando pelas seções de Arte e de Obras, ao processo foi anexado parecer, do arquiteto Edgard Jacintho da Silva, que caracterizava a edificação como “*exemplar de Casa de Câmara e Cadeia representativo da 1ª metade do séc. XIX*”, e que apontava, ainda, para a “*integridade nas linhas principais do partido*” e para o “*bom estado de conservação no exterior*” (Processo de Tombamento n. 522-T, Arquivo Noronha Santos/RJ).

Se com relação ao estado de conservação do imóvel, o técnico da diretoria parece concordar com o chefe da regional, arquiteto Luis Saia, o mesmo não ocorre na leitura tipológica e formal onde parece haver um indício das divergências que, com o correr das obras, se tornariam mais explícitas. **Aquilo que Jacintho considerou como uma edificação íntegra em sua formulação arquitetônica inicial, apareceu, na análise preliminar de Saia, como um produto descaracterizado por sucessivas reformas.**

O parecer do diretor do DET - Departamento de Estudos e Tombamento -, arquiteto Lucio Costa, encerrou as discussões ao ponderar que se faltava ao edifício valor como obra de arte, lhe sobrava sentido como documento histórico, “*... podendo mesmo ser considerado, na espécie, exemplar excepcional do período em causa.*” (Processo de Tombamento n. 522-T, ANS/RJ). A inscrição do edifício no Livro do Tombo Histórico foi efetivada em 1955, sendo iniciadas, três anos mais tarde, as vistorias preliminares ao início das obras que, como veremos a seguir, trataram de atribuir, ao edifício, um valor e um aspecto formal bem diversos daqueles preliminarmente encontrados.

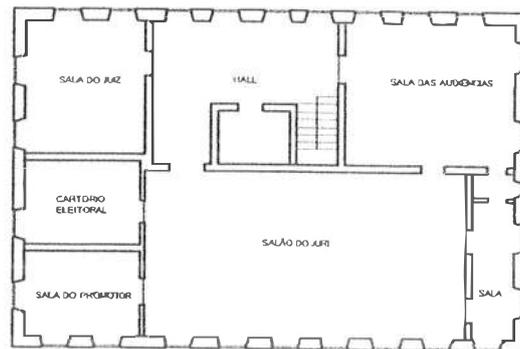
## Descrição arquitetônica da edificação

A ausência de registro gráfico de levantamento realizado pelo SPHAN dificulta a descrição precisa da edificação tal como foi encontrada, em meados da década de 50, pelos técnicos da regional.

Uma única prancha (ver **fig. 84**) localizada é, possivelmente, um registro aproximado do estado do edifício, na ocasião, em termos de sua distribuição interna, posicionamento da escada e das instalações sanitárias. Alguns dados complementares são identificados a partir da análise dos escassos documentos encontrados e da iconografia existente.

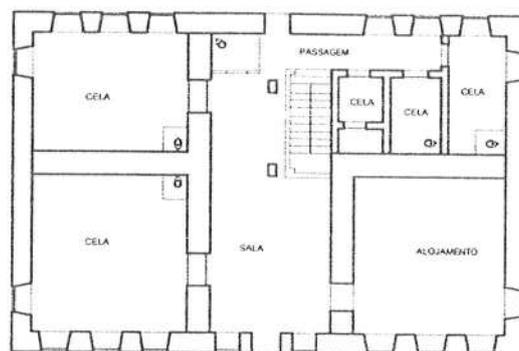
Como já situa Antonio Luis Dias de Andrade (1989; 1993) em seus estudos, as abundantes “lacunas dos registros” também constituem um dado significativo a observar, pois denunciam o quanto o edifício, apesar de tombado, se afastava da faixa restrita de bens cujo tombamento e salvaguarda eram compulsórios. (*Idem*, 1989, pp. 1-2)

Com relação ao aspecto externo, o edifício apresentava elementos de inspiração neoclássica presentes nos frisos sobre os vãos do andar superior e sob a platibanda, no desenho da torre sineira, e, principalmente, no rigor da simetria marcada pelo acesso central e pelo ritmo das envasaduras, levemente prejudicada pela presença de grades de ferro em apenas um dos lados do andar térreo, na cela fronteira.



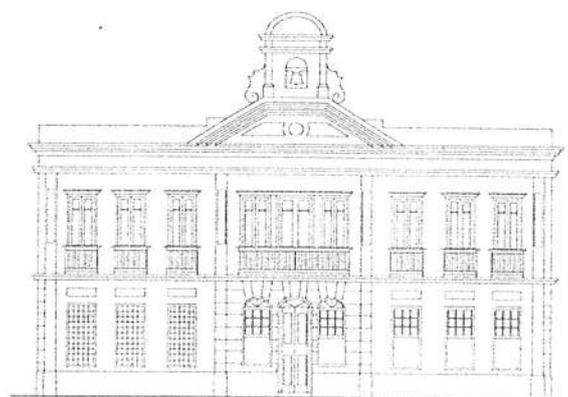
PLANTA SUPERIOR (FÓRUM)

0 5



PLANTA TÉRREO (CADEIA PÚBLICA)

0 5



ELEVAÇÃO FRONTAL

0 5

Fig. 84: Reprodução em CAD com base na prancha constante no arquivo do IPHAN: Plantas e elevação frontal da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, s/data. Desenho da autora.

De planta retangular, apresentava a entrada principal marcada por frisos insinuando uma sutil rusticação, no andar térreo, e por pilastras, no pavimento superior, dividindo o corpo principal em três partes, com clara diferenciação do segmento central encimado pela torre sineira (**ver fig. 85**). A fachada posterior, apesar de menos ornamentada, repetia a solução em três módulos, apresentando, porém um único vão, no segmento central térreo. A alteração do posicionamento da escada de acesso ao pavimento superior foi constatada já nas primeiras vistorias, sendo que a posição original teria sido confirmada através de vestígios do antigo dormente em uma das paredes.

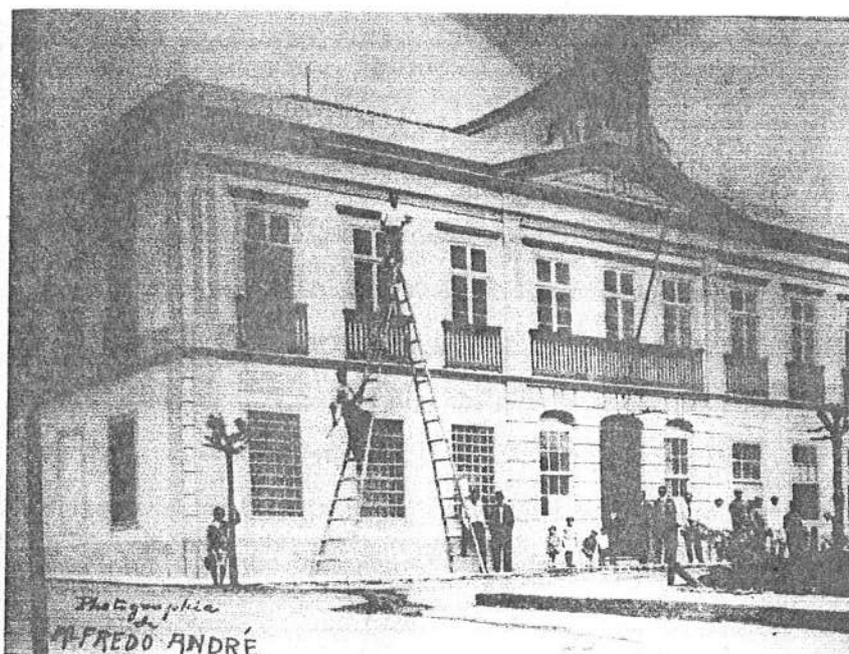


Fig. 85: Aspecto do edifício, s/data. Fonte: Acervo do Museu João Batista Conti, Atibaia-SP, Pasta nº 1.

Caracterizada, nos primeiros ofícios, como exemplar de taipa de pilão<sup>68</sup>, constituía, segundo o arquiteto Antonio Luis Dias de Andrade, construção “*de alvenaria de tijolos, com enxertos de pedra no pavimento térreo*” (1989, p. 13), apresentando ainda vedações internas em pau-a-pique e em tijolos.

<sup>68</sup> O primeiro documento que faz menção à técnica construtiva data de março de 1955, e trata-se de um relatório de vistoria realizada pela D.O.P. - Diretoria de Obras Públicas – que informa ser a edificação uma “...**construção em taipa com 108 anos de existência**, onde a ação do tempo se faz sentir visivelmente pelas trincas existentes e outras deformações”. (MTSP 19.3 [doc.06], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso). A informação é reiterada pelo chefe da regional paulista, arquiteto Luis Saia, que, em laudo de vistoria, de 1º de abril de 1955, relata que “... **os frechais, que na construção de taipa (como no caso presente) tem a responsabilidade da amarração superior da estrutura, assim atingidos, deixaram de funcionar [...] permitindo o comparecimento de trincas...**” (Saia, MTSP 19.3 [doc.07], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).

As controvérsias em torno de sua técnica construtiva têm origem na própria história de sua construção, iniciada por volta de 1836 e interrompida diversas vezes por falta de recursos para sua conclusão – causa também das análises díspares de Edgard Jacintho e Luis Saia (ver p. 113). Naquela ocasião, um ofício da Câmara à Presidência da Província fazia menção às paredes “*piladas*” da construção (Andrade, 1989, p. 11). Porém, um contrato posterior para execução de obras, firmado em 1885, previa, enfim, a demolição das paredes externas até os alicerces, e a reconstrução do edifício em alvenaria de tijolos ou pedras, sobre alicerces de pedra (*Ibid.*, p.13).

Ao comentar o fato, Andrade lembra as lições de Lucio Costa sobre a evolução da relação de cheios e vazios na arquitetura tradicional, e chama a atenção para a pequena espessura das paredes em relação à numerosa seqüência de vãos. Esta sua avaliação seria reforçada pelas pesquisas que realizou, na década de 80, e que trouxeram à tona documentos elucidativos sobre as formas sofridas pelo edifício.<sup>69</sup>



Figs. 86 e 87: Fachada frontal e trecho posterior. Fonte: Acervo Laboratório Photolab, Atibaia-SP, s/data.

Segundo Andrade (1993, p. 152): “... o monolitismo das paredes encontrava-se denunciado na descarção das envasaduras, inexistindo quaisquer vestígios das tradicionais padieiras de madeira, comuns às construções de taipa”. Outro depoimento a confirmar a presença dos tijolos, em lugar da antiga taipa, é do arquiteto Armando Rebollo, que participou intensamente das obras, e que afirmou serem as paredes externas em alvenaria de tijolos (Depoimento à autora em 28.06.2004).

A questão da técnica construtiva foi novamente levantada, ao final desta pesquisa, ao conversarmos com a Chefe da Divisão de Memória, Araceles Stamatiu, que afirmou serem as paredes do edifício em taipa de pilão. Somado a isto, o fato de a documentação do caderno de obras de Atibaia não ser suficientemente clara em relação ao assunto, pois a simples verificação dos tijolos, externamente, poderia ocultar uma possível taipa encamisada. Para elucidar a questão solicitamos - após a devida autorização da Diretoria do Museu João Batista Conti e da Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia, Lilian Vogel -, no dia 13 de julho de 2004, prospecções em alguns pontos do edifício (ver fig. 102) onde constatou-se o seguinte: rede externa em tijolos, com vazio central preenchido com terra, cacos de cerâmica e pedras; rede interna, da antiga cela posterior, em taipa de pilão; e parede interna do pavimento superior, até à escada, em taipa de mão (pau-a-pique).

Com relação ao estado de conservação, mais uma vez, a análise da iconografia existente não permite que se avalie, plenamente, as condições estruturais do edifício, por outro lado, torna visível o precário estado de conservação da fachada que apresentava impregnações superficiais desde a cobertura, principalmente nos topos das platibandas, fraturas generalizadas e até mesmo ausência de esquadrias, fechamento de vãos, além de problemas de descolamento e desagregação parcial dos revestimentos externos (ver figs. 86 e 87).

Apesar de ter sido qualificada por Lucio Costa como edificação “*exemplar do período em causa*”, o que se observa é a imagem de uma edificação padrão que obedecia a um esquema prévio, a uma tipologia de casas de câmara em cadeia projetadas e construídas durante o século XIX. Não apresentava elementos de excepcional qualidade artística ou uma proposta formal inovadora. No entanto, seus modestos elementos compositivos acabaram adquirindo um novo significado, um sentido emblemático, após as intervenções transfiguradoras realizadas pelo então SPHAN, a partir do final da década de 50.

Contrariando as orientações sugeridas no processo de tombamento<sup>70</sup>, o edifício – que antes representava um marco local, um símbolo para a identidade e memória da comunidade – acabou, após a restauração, tornando-se um exemplo paradigmático das intervenções realizadas pelo SPHAN, em território paulista, sendo fundamental o seu estudo para a compreensão dos processos que guiaram este momento pioneiro de atuação do órgão no país.

#### 4.3.1. ETAPA PRELIMINAR: PESQUISA HISTÓRICA, LEVANTAMENTOS E PROSPECÇÕES

É notável – em comparação às demais intervenções estudadas – o pequeno acervo documental acerca desta obra, presente nos arquivos da 9ª SR/SP e no arquivo

<sup>70</sup> O parecer do arquiteto Edgard Jacintho da Silva chamava a atenção para a “*certa integridade nas linhas principais do partido*” e para o “*bom estado de conservação no exterior*”, além disso identificava o bem como “*exemplar de Casa de Câmara e Cadeia representativo da 1ª metade do séc. XIX*”. (Processo de Tombamento n. 522-T, ANS/RJ). A construção do edifício, no entanto, como se mostrará mais tarde, só seria terminada na segunda metade do século XIX.

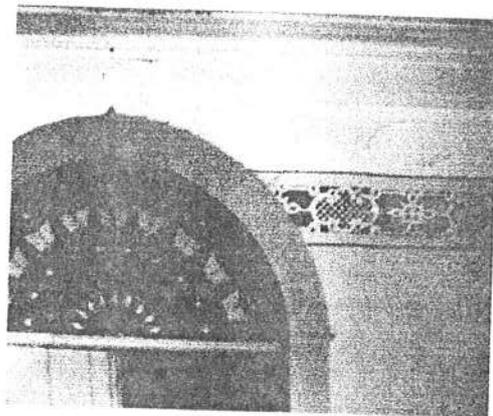
central do IPHAN (Arquivo Noronha Santos/RJ). Além dos artigos de jornal arquivados, inexistem documentos que indiquem um esforço de recuperação das informações históricas e documentais acerca da construção do edifício, empreendido preliminarmente às obras de intervenção.

Fato incomum para o órgão que, desde suas obras inaugurais, preocupava-se, senão em embasar suas propostas em função dos dados históricos coletados, ao menos em realizar esta etapa como parte integrante dos procedimentos de trabalho que começavam a se delinear – dentro dos parâmetros da constituição de uma metodologia específica, própria ao restauro de edificações – e, principalmente, como etapa preliminar e obrigatória na constituição e fundamentação dos processos de tombamento.

É claro que, neste caso, a urgência em iniciar os procedimentos de restauro utilizando-se os recursos técnicos e financeiros do próprio órgão, tendo em vista a minúscula possibilidade da demolição do prédio, acelerou os processos internos para seu tombamento, apesar das incipientes pesquisas e análises em torno do bem. **Mas também ficou claro, a partir da leitura dos documentos elaborados por Luis Saia, que havia uma idéia básica, e forte, que orientou e dirigiu o foco das pesquisas preliminares e dos serviços posteriores, como veremos a seguir.**

Em primeiro lugar, vale destacar que a experiência da extensa e importante pesquisa realizada pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto acerca das tipologias e exemplares remanescentes das casas de câmara e cadeia brasileiras<sup>71</sup> – cujo trabalho resultou em artigo da Revista do SPHAN nº 11 – além de não incluir o exemplar de Atibaia, parece não ter sido, em contrapartida, referência direta aos

<sup>71</sup> O artigo original intitulado "Casas de Câmara e Cadeia" foi republicado na edição comemorativa da Revista do Patrimônio, nº 26, 1997, pp. 362-443.



Figs. 88 e 89: As datas - 1870 e 1888 - nas bandeiras das portas sinalizam a execução dos elementos internos da demorada construção do edifício. A foto acima possivelmente indica o término da reforma prevista em 1885. Fonte: Acervo do Museu João Batista Conti, Pasta nº 1.

trabalhos realizados pela regional paulista. O texto publicado em 1947 - ou seja, preliminarmente ao início das obras - não é mencionado nos relatórios elaborados pelo arquiteto Luis Saia que baseia suas considerações não a partir da análise da tipologia das casas de câmara e cadeia - enfoque do trabalho de Barreto -, mas dentro de sua leitura da arquitetura tradicional paulista e do modelo representativo - e idealizado - correspondente a esta produção.

Esta postura está nitidamente exposta na resposta de Saia aos questionamentos da diretoria com relação à condução das obras, em ofício nº 32/61, de 17 de maio de 1961, onde evoca as “*condições peculiares da arquitetura do planalto paulista*”:

... A primeira distinção, válida para todos os períodos da arquitetura tradicional de São Paulo, denuncia uma diferença considerável, na técnica e no tratamento plástico, entre o que se fazia no litoral e o que caracteriza a construção serra acima. [...]

Isto posto, consideremos a Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, seu projeto, como da Casa de Câmara e Cadeia de Santos, tem uma procedência erudita. [...]. A posição do Dr. Barreto reconhece isto, imputando, de modo falho, ao que parece, algumas soluções que ele chama de segundo período e que seriam melhormente caracterizadas, segundo o seu próprio esquema, numa fase final e bem recente. **A sineira, por exemplo, pela sua época, caracterizada pela parede de meio tijolo, pelas bitolas comerciais do madeirame e também pelo próprio desenho canhestro, positivamente não se afigura símbolo comunitário senão um dispositivo tão pretensioso como o entablamento, a gola e os demais tratamentos superficiais realizados, tudo leva a acreditar, ao tempo dos gradis de ferro das varandas.** A identidade da bitola do material e tratamento deste gradis com outros, datados do último decênio do século passado, e ainda existentes em construções residenciais da cidade assegura-lhes uma precaríssima ancienidade. A solução, alvitrada pelo dr. Barreto, de beiral balanceado sôbre cornija, **nunca no planalto paulista, pelo menos como legitimidade tradicional.** (Saia, MTSP 19.3, IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).

Na ausência de pesquisas históricas mais desenvolvidas, a complementação das informações necessárias à construção da proposta de intervenção seria dada a partir das prospecções realizadas no local:

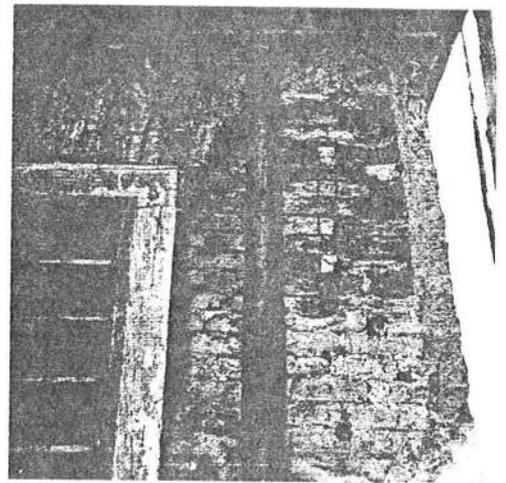
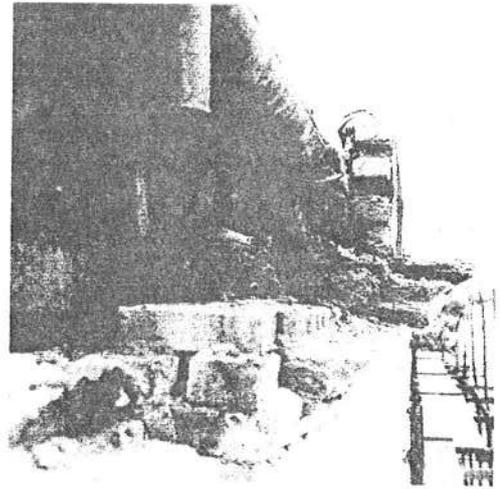
**Onde buscar êsse critério? É claro que no próprio monumento.** As marcas indiscutíveis de cachorro nos frechais primitivos [...] pareceram de tal importância que não houve dúvida nenhuma quanto à escolha do caminho a seguir. (Ibid. Grifo nosso).

Porém, sem a prova documental trazida pela pesquisa histórica, e com o enfoque distorcido pela busca do modelo ideal, da 'legítima' arquitetura do planalto paulista – ou seja, das proporções dadas pela taipa sem ornamentações e por seus largos beirais –, as prospecções arquitetônicas poderiam, do mesmo modo, conduzir a interpretações errôneas, ou serem por estas conduzidas.

Observa-se, dentre as primeiras tomadas fotográficas constantes do caderno de obra, registros da vistoria da cobertura, no trecho referente à torre sineira. Este elemento, minuciosamente vistoriado e descrito por Saia, foi considerado de execução recente - *“pela parede de meio tijolo, pelas bitolas comerciais do madeirame e também pelo próprio desenho canhestro”* (Saia, MTSP 19.3, IPHAN 9ª SR/SP) -, contemporâneo aos gradis de ferro dos balcões superiores e aos elementos ornamentais apostos à fachada. Não só o fato de ter sido inspecionada esta solução, como também o cuidado em documentar a visita, são indicativos de que já havia, no início dos trabalhos, uma formulação com relação ao partido a adotar no restauro.

Do mesmo modo, o registro fotográfico da platibanda (**ver fig. 90**), documentando sua pouca espessura – um dos argumentos para a constatação de sua execução posterior, segundo Saia – também funcionaria como um mais dado na construção dos elementos conformadores da nova proposta formal, ou seja, da imagem do futuro monumento nacional que iria, a partir de então, se constituir.

Como conclusão preliminar, poderíamos afirmar que, ao invés das prospecções arquitetônicas guiarem as formulações de restauro, Luis Saia, ao contrário, direciona as investigações prospectivas a partir do fio condutor de suas proposições, previamente elaboradas, alterando, assim, a seqüência lógica da metodologia própria ao restauro de edificações.



Figs. 90 e 91: Fotos do início dos serviços de remoção da platibanda - composta por uma única fiada de tijolos - e dos revestimentos externos, denunciando a alvenaria de tijolos. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

Contudo, vale a pena ressaltar que os processos metodológicos inerentes ao restauro de edifícios ainda estavam, naquele momento, em construção. Não havia ainda a noção clara das etapas a percorrer, ou seja, o entendimento da seqüência de procedimentos de trabalho ainda estava se constituindo.

Não somente os dados que o arquiteto Luis Saia coleta, mas também aqueles que não recolhe, parecem andar nesta mesma direção. Como exemplo, podemos citar a ausência de registro sobre a realização de prospecções mais profundas na alvenaria externa do edifício, preliminarmente às intervenções – procedimento suficiente para dirimir quaisquer dúvidas sobre a técnica construtiva do edifício. Como já citamos anteriormente, somente após a década de 80, novas pesquisas históricas e documentais realizadas teriam localizado os ofícios da Câmara e demais documentos que elucidariam as etapas de sua conturbada construção.

Sem as informações documentais fornecidas pela pesquisa histórica, a leitura da edificação assumiu certas premissas que, posteriormente, mostraram-se equivocadas. Na verdade, a ‘restauração’ tratou de reconstituir elementos pertencentes a um edifício não mais existente. Ao mesmo tempo, ao apagar os vestígios da reforma executada no mesmo século de sua edificação, transformando a antiga câmara e cadeia em um edifício de aparência colonial, Saia acabou por realizar a sua segunda reconstrução.

#### **4.3.2. ETAPA EXECUTIVA: PROJETO, PLANO DE OBRAS E PROCEDIMENTOS DE TRABALHO**

Seguindo os passos já apontados no capítulo anterior, a busca pelo modelo de arquitetura tradicional paulista pautou os trabalhos de ‘restauração’ da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia. Note-se que estas tarefas foram iniciadas sem contar com a elaboração prévia de um projeto de restauro que contemplasse, de modo integral, as intervenções propostas e que detalhasse os serviços a serem realizados. Apenas um plano de obras, preliminarmente traçado por Luis Saia, e encaminhado ao Diretor da Comissão do Museu Municipal de Atibaia, em

1º de abril de 1955, indicava as providências emergenciais para a reabilitação do edifício, servindo como base para o início dos trabalhos:

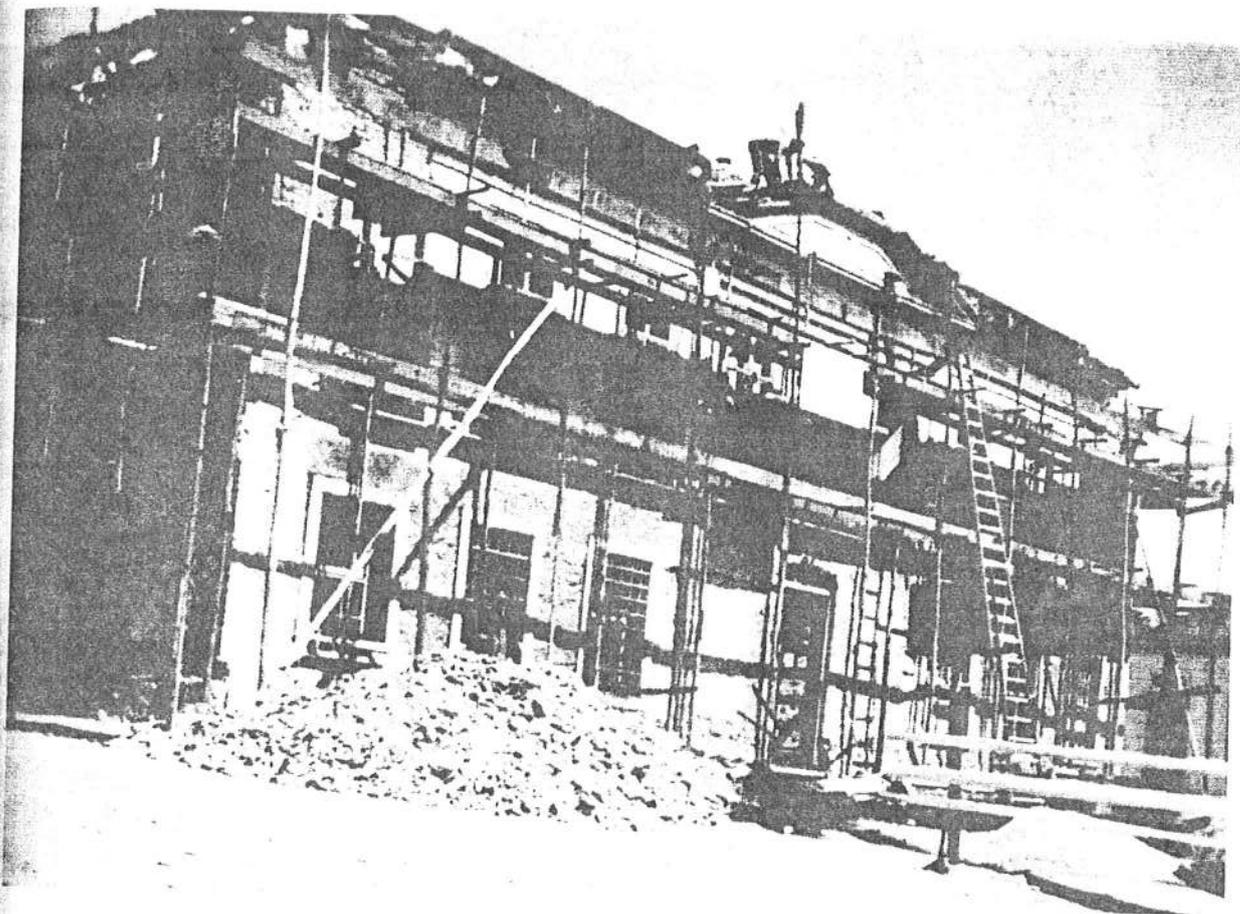
... as obras indispensáveis para a garantia da estabilidade do edifício são:

- 1) inserção de uma viga de amarração, de concreto armado, no remate de todas as paredes;
- 2) substituição de todas as calhas e condutores;
- 3) revisão da armadura do telhado e retelhamento com grampos que impeçam o escorregamento das telhas;
- 4) remanejamento das instalações; reposição da escada de ligação dos dois pavimentos no primitivo lugar; ... (Saia, MTSP 19.3 [doc. 07], IPHAN 9º SR/SP).

Este resumo, no entanto, obviamente, não é suficiente para indicar as alterações formais, funcionais e espaciais propostas para a edificação.

Constatamos, a partir do relato acima, ser utilizado o concreto armado, através da inserção de uma viga para amarração do edifício. Não são descritas, no entanto, as dimensões que estas peças teriam, agora inseridas em uma construção de alvenaria de tijolos, ou ainda se os cunhais do edifício receberiam reforço através de pilares em concreto. Os demais itens também são vagos e não esclarecem suficientemente bem a respeito da intervenção: se seriam substituídas as calhas e condutores por novos a serem inseridos nos mesmos locais ou se o 'remanejamento das instalações' já seria indício da redistribuição dos elementos segundo uma nova lógica formal através da retomada dos beirais.

Com estas inespecíficas diretrizes, deu-se início aos trabalhos de recuperação das estruturas e da suposta feição primitiva do edifício. Um dos primeiros procedimentos realizados refere-se à remoção dos revestimentos externos que, no caso da antiga Câmara e Cadeia de Atibaia, incluiu a retirada dos ornatos apostos à fachada, tais como molduras de vãos, frisos e cimalha. Dando continuidade ao intento de despojar a edificação dos elementos que a caracterizavam como exemplar eclético, foram removidos, ainda, toda a extensão da platibanda e a sineira.



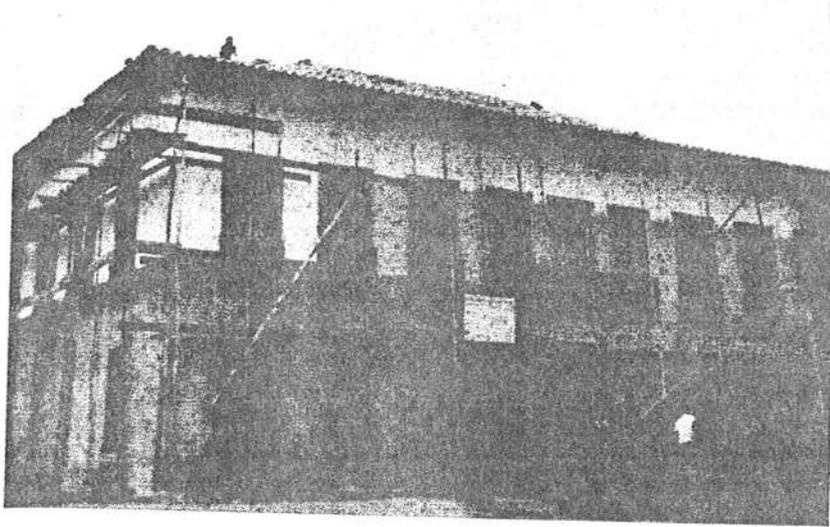
Certamente, em algum momento, a ausência de um projeto que mapeasse graficamente as intervenções propostas se faria notar. Mas as obras continuaram e, apenas em dezembro de 1960, através de uma consulta do arquiteto Luis Saia à diretoria, é explicitada a nova configuração do edifício:

... é notável a modificação na fisionomia plástica do edifício, que passou a ser mais severo mediante a limpeza procedida na platibanda e no remate das vergas. Resta contudo um tratamento cuja adequação, na nova impostura é frágil: o gradil dos abalcoados. Segundo se pode presumir do que existe em outras construções locais do fim do século passado, este tipo de gradil dataria desse período, como também o tratamento da platibanda que já foi removido. A solução que parece melhor a esta chefia é a retirada desse gradil e sua substituição por um guarda corpo de madeira com balaustres também de madeira, de seção quadrada, dispostos diagonalmente, saída esta de largo uso em São Paulo. Outra remoção necessária:



Figs. 92 e 93: Acima, abertura do rasgo horizontal para inserção da viga em concreto, retirada dos condutores embutidos (rasgo vertical, à esquerda), e remoção dos revestimentos e ornatos apostos à fachada. Na tomada geral, observar início da demolição da sineira. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

os postigos que antecedem os escuros. (Saia, MTSP 19.3 [doc.022], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).

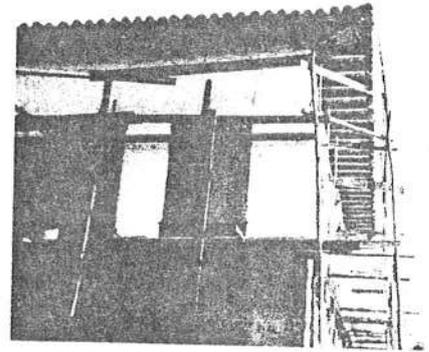


Somente então, a diretoria se manifesta, demonstrando surpresa com o curso das obras em andamento:

Parece que o Dr. Saia recuou demais no tempo, ao emprestar essa fisionomia arcaizante (beiradão encachorrado) a um lídimo monumento novecentista, cuja modenatura em geral, e em particular nos vãos, encarecia-o como 'na espécie, exemplar excepcional do período em causa' (parecer do arquiteto Lúcio Costa, arquivado no processo de tombamento).

Não acredito, portanto, conveniente em se prosseguir com o intento, ao substituir os gradis conforme preceitua aquele técnico. Em 28/12/60

As. Edgar Jacintho da Silva. Chefe da S. O. (Silva, MTSP 19.3 [doc.024], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso)



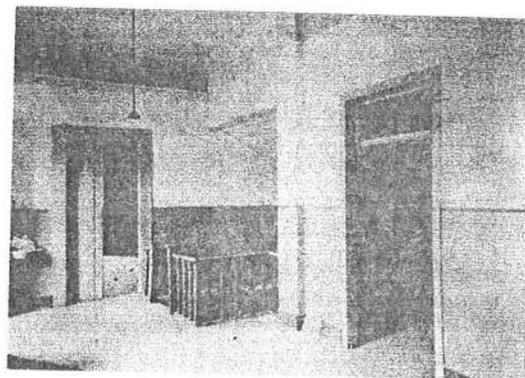
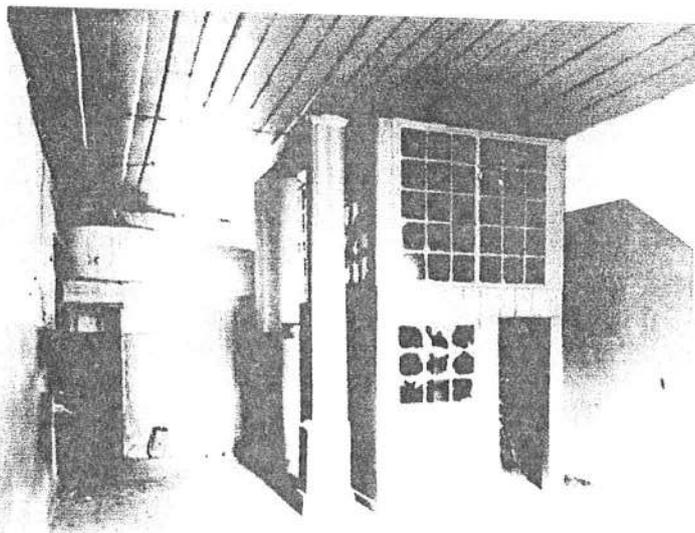
Figs. 94, 95 e 96: Foto para avaliação do 'novo' guarda-corpo em madeira, finalização do beiral e dos revestimentos, e aspecto geral da obra, década de 60. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

Era o início da polêmica, do confronto de idéias entre o chefe da regional que, de um lado, justificava as opções tomadas a partir do modelo da arquitetura tradicional do planalto paulista, e os técnicos da diretoria central, entre os quais, os arquitetos Edgar Jacintho da Silva e Paulo Thedim Barreto, que percebiam, no edifício, um exemplar representativo das casas de câmara e cadeia oitocentistas brasileiras.

Este arquiteto é o primeiro a situar a origem do problema na ausência de um projeto global, e, lembrando os itens determinados na primeira vistoria, chama a atenção para a necessidade de aprofundamento das pesquisas:

De tôda essa inspeção assentamos de positivo e de comum acôrdo a retirada da platibanda; o conseqüente restabelecimento da beirada do telhado e, no interior, as reconstruções da escada nobre, forros e soalhos. **Quanto ao mais, ficaria tudo condicionado a novos estudos e pesquisas futuras, que seriam realizadas pelo Dr. Saia.**

Já agora, a simples documentação fotográfica dos trabalhos empreendidos, pela qual verifica-se que até o símbolo comunitário, a sineira, foi destruído, não nos permite concluir pela justeza das razões que tornaram 'notável a modificação na fisionomia plástica do edifício, que passou a ser mais severo mediante a limpeza procedida', como escreveu o Dr. Saia, **a quem se deve pedir memória justificativa dos trabalhos que alteraram, fundamentalmente, a aparência do edifício.** (Barreto, MTSP 19.3 [doc.023], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).



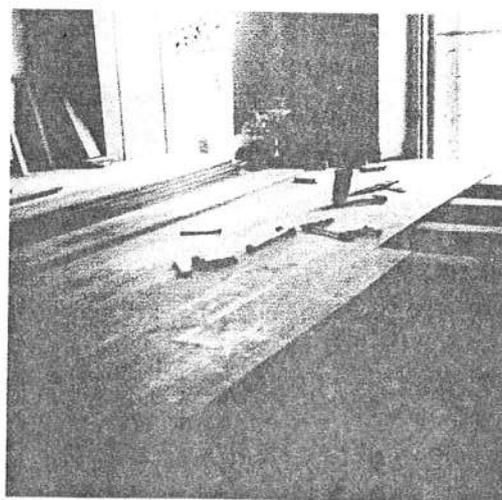
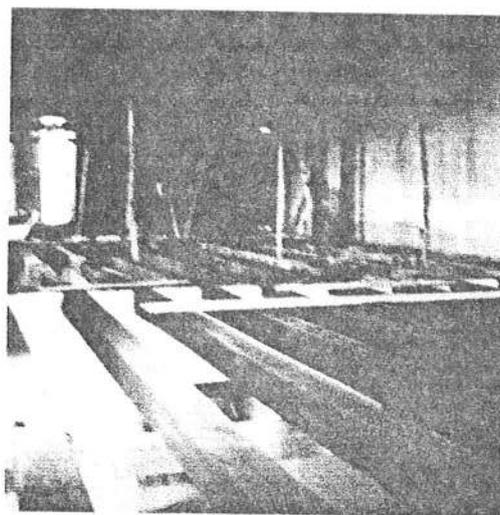
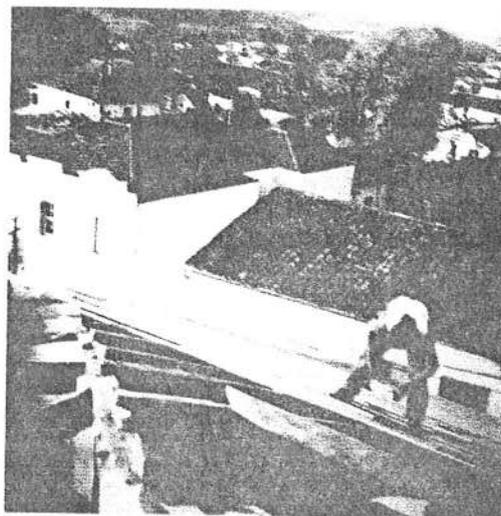
Figs. 97 e 98: Registros do antigo acesso da escada. Na foto ao lado, sala central do pavimento térreo: observar a instalação de sanitário, ao fundo, conforme planta (fig. 84, p. 114), e ainda o forro tipo saia e camisa, removido na intervenção. Na foto acima, vê-se chegada da escada, no pequeno hall do pavimento superior. Fonte: Acervo do Museu João Batista Conti, Pasta nº 1.

Conforme atesta o depoimento de Barreto, se a solução de alguns itens foi apenas esboçada na primeira visita técnica, para os demais elementos restavam estudos mais conclusivos. No entanto, o pedido para complementação dos dados parece chegar um pouco tarde, e, segundo relata o próprio Paulo T. Barreto no mesmo relatório: *“já não chega a ser fora de propósito o intento de substituir as varandas de ferro por outras de madeira e, por sua própria conclusão, o da retirada*

dos caixilhos de vidraças" (*Ibid.*). Enfim, as alterações já se impunham como solução final e, reverter os propósitos iniciados parecia ser ato de improvável execução.

Em resumo, além da substituição dos gradis em ferro por balaústre de madeira, e remoção tanto dos revestimentos externos, quanto da ornamentação – molduras, frisos, cimalha - aposta à fachada; foram demolidas a sineira e toda a extensão da platibanda para execução de novo beiral, com cachorros aparentes. Com relação ao tratamento das esquadrias, optou-se pela substituição dos vãos centrais em arco abatido, por uma única envasadura central em verga reta, no acesso térreo; pela remoção das guilhotinas em vidro, por folhas cegas em madeira; e retirada das antigas grades de ferro das celas por elementos em madeira, à semelhança das grades internas encontradas.

Internamente, além dos novos sanitários e da relocação da escada, observa-se, no pavimento superior, através da documentação fotográfica do caderno de obra, a remoção de paredes divisórias em pau-a-pique, substituição dos forros 'recentes' pelo modelo em saia e camisa, no pavimento superior, e remoção do piso comprometido por novo tabuado, segundo as mesmas dimensões. (ver fig. 102)



Figs. 99, 100 e 101: Fase de obras: revisão do madeiramento da cobertura e execução de beiral; substituição dos barotes em madeira do piso do pavimento superior e colocação de novo tabuado. Década de 60. Fonte: IPIAN 9ª SR/SP.

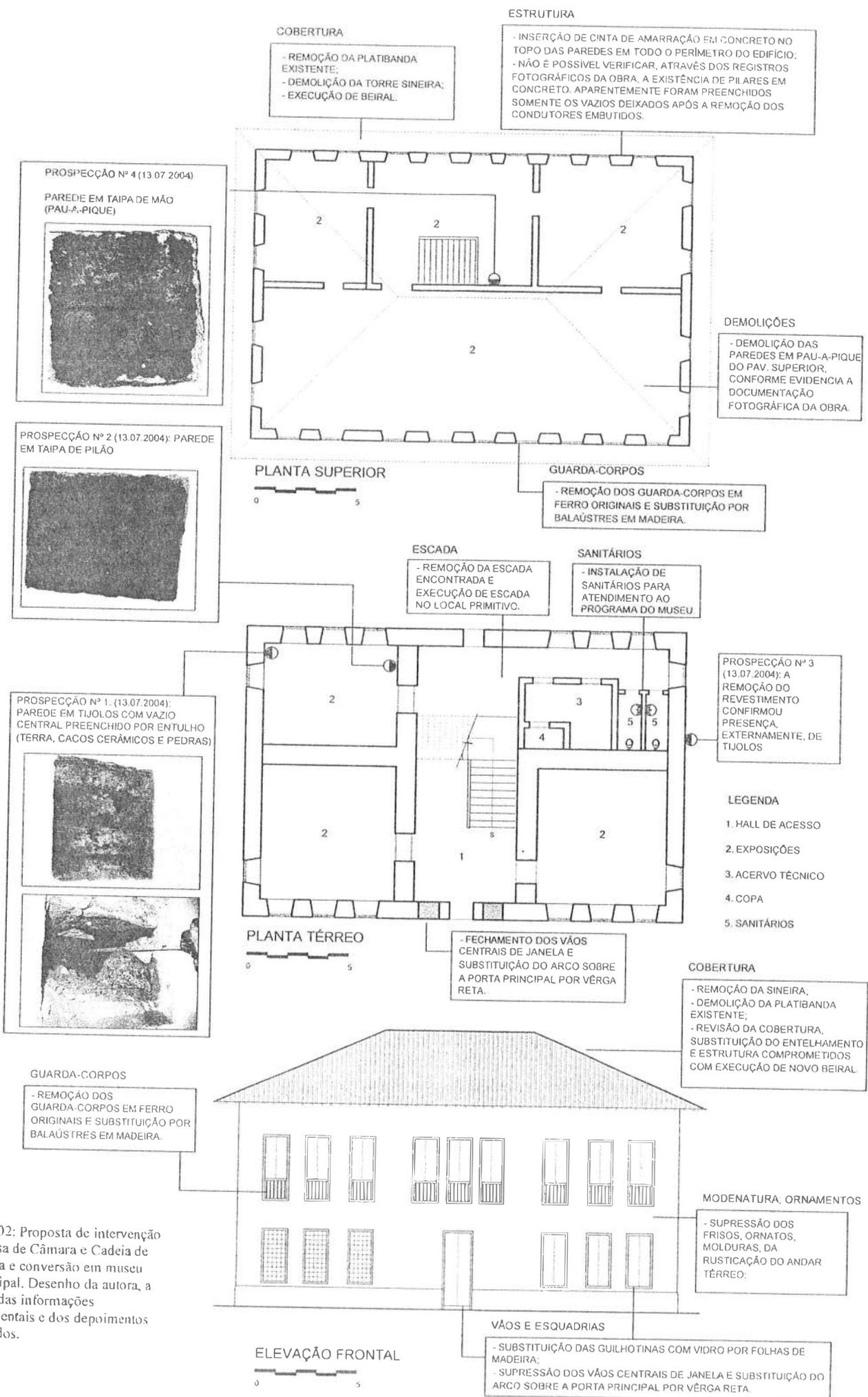


Fig. 102: Proposta de intervenção na Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia e conversão em museu municipal. Desenho da autora, a partir das informações documentais e dos depoimentos coletados.

### 4.3.3. DAS SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS E REINTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS

Do ponto de vista das soluções técnicas, no caso específico da intervenção na Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, ao menos dois pontos merecem atenção especial. O primeiro deles refere-se à interpretação da técnica construtiva original do edifício; e o segundo, aos procedimentos adotados para a sua consolidação estrutural.

A constante afirmação de Saia de que se tratava de um exemplar de taipa de pilão nos faz buscar as intenções que revestiam a negação da presença da alvenaria de tijolos como técnica utilizada na construção do edifício. Primeiramente, poder-se-ia dizer que não haviam sido feitas as prospecções necessárias ao completo entendimento da técnica, mas a análise das fotografias do caderno de obras deixa evidente a presença dos tijolos, postos à mostra após a remoção dos revestimentos, logo teriam indicado que não se tratava de um exemplar autêntico de taipa de pilão como, de início, se acreditava.

Esta negação parece, então, resumir o entendimento do sentido do monumento, por parte do autor da intervenção – mas não do monumento existente, e, sim, daquele que se desejava resgatar. Ou seja, reconhecer a presença dos tijolos seria enfraquecer a idéia do monumento colonial que se queria restaurar. Para explicar melhor esta idéia, valemo-nos de um registro de Luis Saia, a respeito da obra na Capela de N. S. do Pilar, em Taubaté, de 29 de novembro de 1946:

...qual o tratamento que devo dar á torre?

[...] 1) conserva-la tal como foi encontrada. A favor tem o argumento de ser um alvitre honesto. Penso entretanto que, neste caso conseqüentemente se deveria conservar toda a modulação aí localizada assim como a sapata da base da parede e os remates da porta principal. **Isto me parece fora de dúvida que não deva acontecer; a construção é de taipa e a taipa não permite essas liberdades.** Por outro lado, se a solução encontrada permanecer deve-se considerar o remate do beiral o qual não me parece aceitável tal como foi encontrado. (Saia, MTSP 40.3.1 [doc. 083], IPHAN 9º SR/SP)

Questionado por Renato Soeiro, então diretor da Divisão de Conservação e Restauração, que solicita esclarecimentos em informação nº 180, de 13 de

dezembro de 1946, sobre em que teria se baseada para afirmar “*que sendo construção de taipa à taipa não permite essas liberdades*” (Soeiro, MTSP 40.3.1.[doc. 089], IPHAN 9ª SR/SP).

Saia é, então, ainda mais explícito, no ofício nº 167/46, encaminhado ao diretor geral:

... as possibilidades de fixação de um revestimento numa parede de taipa constitui talvez o ponto de solução mais difícil desta técnica. Mesmo não levando em consideração a situação atual, sabidamente sem especialistas ou com especialistas absolutamente incapazes, o problema provavelmente sempre existiu. [...] É bem verdade que em inúmeros exemplares da arquitetura de taipa existentes neste Estado (e mesmo na arquitetura de pau-a-pique) o revestimento como problema técnico foi resolvido satisfatoriamente, apresentando o mesmo, até hoje, uma adesividade comparável a que se consegue hoje com reboco de cal e areia em alvenaria comum.[...]

Na generalidade das construções de taipa (pelo menos aqui em S. Paulo) quando não sofreram reforma não apresentam saliência nenhuma no revestimento, [...]. É, portanto a generalidade das peças mais autênticas encontradas neste estado e a crítica das mesmas em relação aquelas que sofreram reformas, que forneceram os elementos alicerçadores da afirmação incluída no parecer citado. (Saia, MTSP 40.3.1 [doc. 091], IPHAN 9ª SR/SP).

Enfim, a supressão dos frisos e ornatos apostos à fachada, o redesenho dos gradis dos balcões superiores, a remoção das guilhotinas, e, é claro, a recomposição do beiral só se justificariam se reafirmada a presença da taipa. Se, ao submeter as proposições técnicas de restauro a um modelo previamente estabelecido, o arquiteto Luis Saia acabou por se afastar da realidade histórica do edifício, por outro lado, estava bem próximo da visão moderna de arquitetura que permeava todo o órgão de defesa do patrimônio nacional.

Com relação ao segundo ponto deste item de análise, os poucos dados existentes referem-se a um plano prévio de execução de cinta de amarração no topo das paredes. A extensão dos serviços, no entanto, não fica clara, mesmo após a análise integral dos documentos constantes nos arquivos da regional paulista (9ª SR) e Arquivo Noronha Santos (ANS/RJ).

Os poucos documentos iconográficos revelam a inserção de viga no topo das paredes, e logo abaixo dos caibros da cobertura. Resta-nos chamar a atenção para a ausência de fotografias preliminares que evidenciassem encontrar-se o edifício em estágio de arruinamento, como indicava o relatório da D.O.P., parecendo-nos, o reforço realizado, um procedimento padrão executado para assegurar ao edifício uma vida útil ainda maior que aquela ao qual estava condicionado.

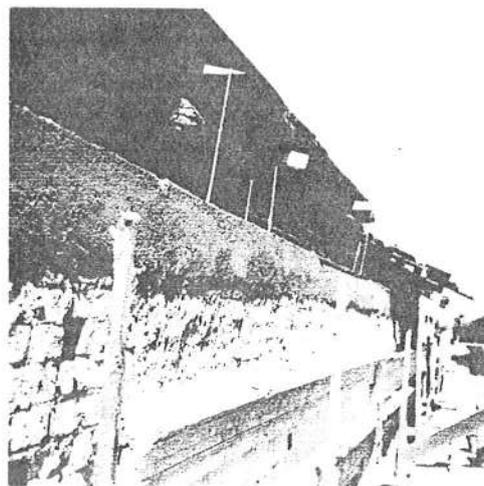
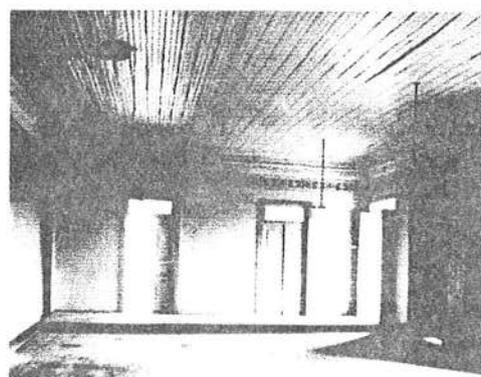
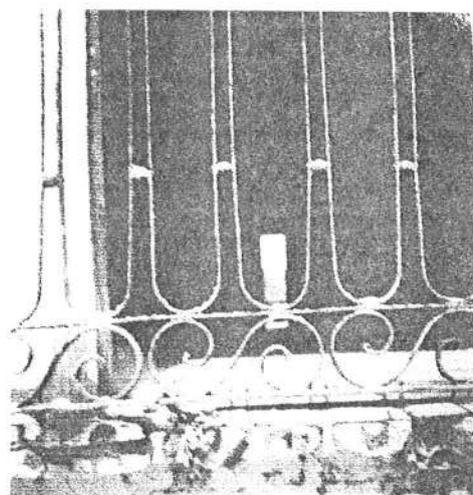


Fig. 103: Cinta de amarração em concreto executada no topo das paredes, década de 60. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP.

#### 4.2.4. ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

As lacunas relativas às pesquisas preliminares em torno do bem podem estar na origem dos desvios face à “*realidade histórica*” (Andrade, 1993, p.153) do edifício, fragilizando, assim, os conceitos de restauro aplicados a este caso. Talvez resida justamente neste ponto, a justificativa para mais uma análise desta obra, uma vez que ela reforça a necessidade do uso de uma metodologia específica de trabalho - metodologia esta que deverá ser cumprida em todas as suas etapas, de forma abrangente e aprofundada – e evidencia a pertinência da elaboração de um projeto integral que contemple as pesquisas históricas, bibliográficas e análises prospectivas, de modo a embasar, de forma consistente, o projeto de intervenção.



Entender os propósitos que nortearam esta intervenção nos parece um caminho para apreensão mais precisa dos modos de trabalho da regional paulista e, por conseguinte, dos métodos e conceitos elaborados pelo arquiteto Luis Saia, na afirmação de um modelo paulista de arquitetura – modelo, este, colonial por excelência - , e na negação dos partidos remanescentes, excepcionais ou não, do período eclético.

Figs. 104 e 105: Elementos removidos na intervenção: gradil em ferro, forro de frisos e pintura mural, pavimento superior. Fonte: IPHAN 9ª SR/SP (fig. 104); Acervo do Museu João Batista Conti, Pasta nº 1 (fig. 105).

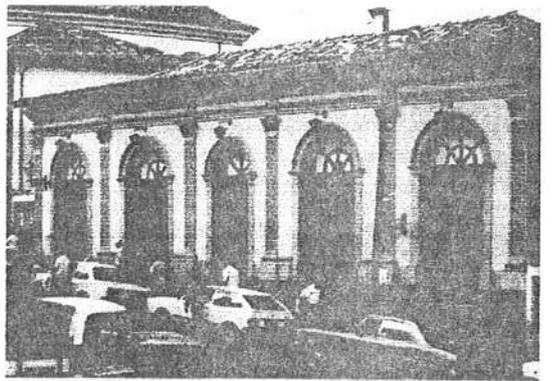
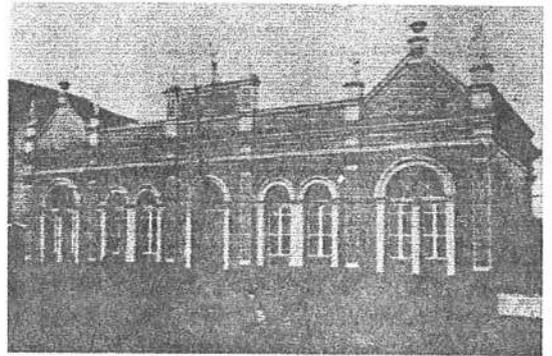
É claro, hoje, que esta visão que valorizava o colonial, e desprezava a produção do período eclético, não era exclusiva da direção paulista, mas, ao contrário, permeava e direcionava os trabalhos do SPHAN em todo o território brasileiro.

Basta lembrar o clássico exemplo de intervenção realizada por Lúcio Costa, em 1957, no antigo Cine Vila Rica, em Ouro Preto, onde o arquiteto buscou apagar a interferência das edificações 'bastardas', e recuperar a integridade do tecido colonial. Neste caso, as alterações propostas pelo 'restauro' também orientaram-se pela negação do ecletismo e valorização do colonial.

Deste modo, a importância desta intervenção reside, sem dúvida, menos na análise das soluções técnicas adotadas para a consolidação estrutural do edifício e para a conservação dos materiais, e muito mais na avaliação e apreensão do pensamento estruturador que fundamenta as ações de preservação do SPHAN, tanto em território nacional, quanto em terras paulistas.

Da conformação da antiga Câmara e Cadeia de Atibaia restaram algumas imagens no arquivo do IPHAN, no acervo fotográfico do Laboratório Photolab - na praça em frente ao monumento -, e no acervo iconográfico do museu organizado no próprio edifício, denominado Museu João Batista Conti - o historiador, autor dos artigos escritos na década de 50 que suscitaram a preservação do edifício -, onde a maior parte das imagens ainda revela a sua feição anterior às obras empreendidas.

Se recuperar as versões anteriores da edificação seria, hoje, um despropósito, avaliar esta intervenção e aprender com esta experiência é, de fato, o que a revalida permanentemente.



Figs. 106 e 107: Dois momentos do antigo Liceu de Artes e Ofícios: antes e após intervenção proposta por Lúcio Costa, em 1957, que o transformou em Cine Vila Rica, Ouro Preto/MG. Fonte: Motta, 1987, p.111.

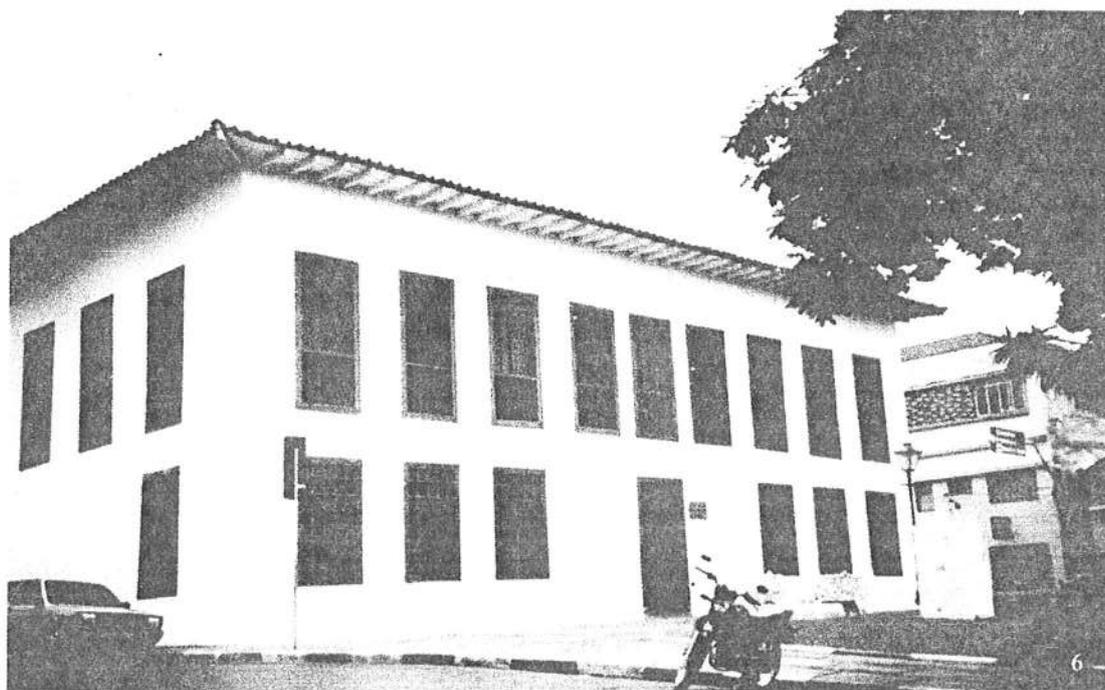
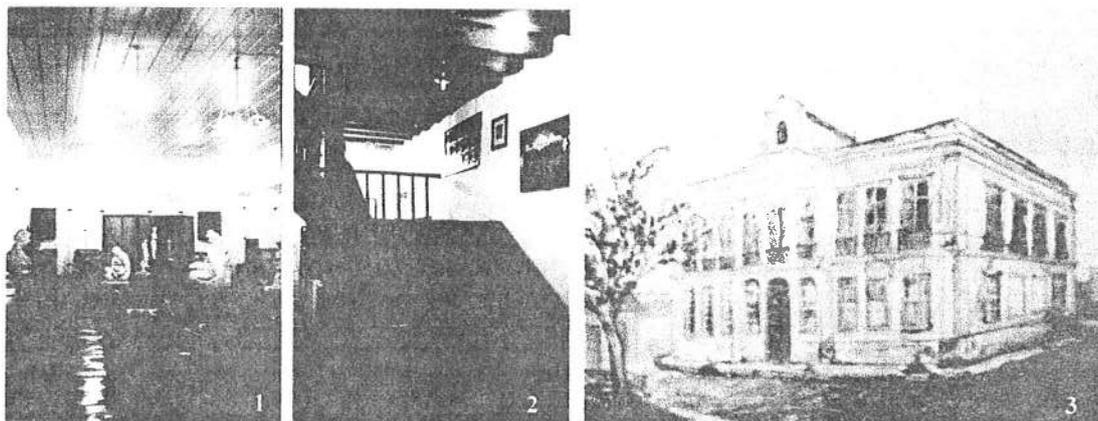


Fig. 108: Aspectos do atual Museu João Batista Conti, em Atibaia-SP. Fotos da autora, 2004.

1. Museu - salão nobre
2. Escada de acesso ao pavimento superior
3. Quadro em exposição retratando imagem do edifício antes da intervenção do SPHAN
4. Vista da fachada posterior e praça
5. Vista lateral
6. Vista frontal